

PIERRE NORA E O TEMPO PRESENTE: ENTRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL

JANICE GONÇALVES*

Resumo: Busca-se indicar a contribuição do historiador Pierre Nora para os estudos relacionados ao campo do patrimônio cultural, em especial a partir da noção de “lugares de memória”. Para tanto, são considerados sobretudo textos de sua autoria presentes na obra *Les lieux de mémoire*, por ele dirigida e originalmente publicada entre 1984 e 1992, além de artigos publicados ao longo e depois desse período, nos quais são perceptíveis mudanças de tom, revisões de posturas e respostas a críticas.

Palavras-chave: Pierre Nora, lugares de memória, patrimônio cultural.

Abstract: This article aims to highlight the contribution of the historian Pierre Nora to the cultural heritage field, especially through the notion of “sites of memory”. For this purpose, there are considered Nora’s texts included in *Les lieux de mémoire*, edited between 1984 and 1992, and the articles published during and after that work, in which there are seen changes of the author’s perspectives, revisions and answers to criticisms.

Keywords: Pierre Nora, sites of memory, cultural heritage.

Em texto originalmente publicado em 1992 como conclusão da obra *Les lieux de mémoire*, Pierre Nora considerava que, ao menos desde a década de 1980, a França, em especial, estava mergulhada em uma “era da comemoração”. Mas não se tratava da comemoração de tipo clássico, “nacional”, com um promotor privilegiado (o Estado), uma dada narrativa histórica (“épica, combativa, orientada”), a ênfase no papel de determinados sujeitos (“sobretudo políticos e militares”) e certas instâncias-chave de difusão e efetivação, como os manuais escolares

* Doutora em História Social (USP); Docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

e as escolas, os monumentos e as praças públicas (NORA, 2008: 172-173). Era, então, uma comemoração remodelada, “metamorfoseada”, nutrida não pela imagem unitária da Nação, mas pela multiplicidade de identidades de grupos particulares, que se desdobravam na diversidade de eventos dos mais variados matizes e perfis, sem que houvesse critério ordenador e hierarquizador. Uma de suas consequências: “nenhum cientista, nenhum escritor, nenhum artista” tinha “a menor possibilidade de salvar-se do radar comemorativo”, tantos eram os aniversários de nascimento e morte que geravam eventos de comemoração (NORA, 2008: 175).

Esse poder avassalador do ímpeto comemorativo não poupou a própria empreitada dos *Lieux*, como então indicava o historiador: uma obra que pretendia ser o veículo de “uma história de tipo contracomemorativo” acabou apropriada pela comemoração (NORA, 2008: 167). E, quase vinte anos depois, em 2011, a comemoração também alcançaria Nora, desta vez pessoalmente, pois o mês de novembro assinalaria a passagem dos seus 80 anos. Certamente não por acaso, já no primeiro semestre de 2011 foi lançado, na França, *Homo Historicus*, alentado estudo biográfico a seu respeito, de autoria de François Dosse. O próprio Nora não se absteve de marcar esse momento da forma como dele se poderia mais facilmente esperar: com livros editados pela editora Gallimard, à qual sua trajetória de editor se vinculou de forma estreita. Na apresentação do livro *Historien public*, publicado em dezembro de 2011, Nora afirma: “Depois de ter editado cerca de setecentos livros, resolvi editar a mim mesmo” (NORA, 2011a: 11).

A “edição de si” resultou no projeto de reunião de artigos e ensaios presentes em distintas publicações e produzidos em diferentes momentos, que o autor deliberou abrigar em três livros: *Historien public*, já mencionado, que abarca, em mais de quinhentas páginas, segundo as palavras do autor, um conjunto de “textos de circunstância”; *Présent, nation, mémoire*, lançado ao mesmo tempo que *Historien public*, com a intenção de tornar compreensível a mais conhecida obra por ele organizada, *Les lieux de mémoire*, e evidenciar “a constelação histórica que emergiu entre 1970 e

1980, permitindo e justificando esse empreendimento coletivo em sete volumes” (NORA, 2011a: 12); e, finalmente, *Recherches de la France* (título homônimo ao da obra de Étienne Pasquier), ainda em preparação, no qual estarão “os principais ensaios que, em cinquenta anos”, Pierre Nora consagrou “à cultura, às tradições políticas, à República e à identidade francesa.” (NORA, 2011a: 12).

A publicação dessa coleção de textos, mesmo que não concluída (já que resta editar o terceiro livro), oferece singular oportunidade para refletir sobre a contribuição de Pierre Nora aos estudos relacionados ao campo do patrimônio cultural, em especial a partir da noção de “lugares de memória”. Reflexão que para muitos talvez pareça ociosa, tão amplamente disseminada e utilizada foi essa noção. Mas teríamos clareza dos diversos sentidos a ela atribuídos por Nora, para além do texto-chave “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, que abre o volume inicial da obra *Les lieux de mémoire?* Em que medida a noção teve seus significados reequacionados pelos vários autores que participaram da confecção da obra, cada um a seu modo interpretando os “lugares de memória”, a partir de temas e questões específicos? A recepção da obra, ao longo de sua lenta elaboração (cerca de uma década), teria também colaborado para desestabilizar os significados iniciais desses “lugares”? E em que medida são visíveis remodelações efetuadas por Nora, nos escritos concomitantes ou posteriores à edição dos *Lieux*?

Com o intuito de indicar respostas ao menos a uma parte desses questionamentos, serão aqui destacados e examinados, ainda que brevemente, textos de autoria de Pierre Nora contidos nos *Lieux* e outros trabalhos do autor a eles associáveis, de modo a detectar mudanças de tom, revisões de posturas e divergências com seus intérpretes.

A noção de lugares de memória

A trajetória da recepção da noção de “lugares de memória” tornou-a atravessada por apropriações diversas, críticas e controvérsias. Apresentada de forma mais sistemática por Pierre

Nora, em função da necessidade de esclarecer os leitores acerca do escopo da obra *Les lieux de mémoire*, extrapolou aquele projeto editorial e os objetos de estudo ali contemplados, ganhando novos usos. No caso francês, uso político, no âmbito das batalhas de memória, bem como uso jurídico e técnico, no campo institucional do patrimônio cultural, ou ainda uso turístico.¹

Publicada originalmente em sete volumes, entre 1984 e 1992, a obra *Les lieux de mémoire* foi um empreendimento intelectual e editorial que, na avaliação feita por seu diretor em 1997, “passou da simples iluminação de lugares portadores de uma memória particularmente significativa ao projeto muito mais ambicioso de uma história da França pela memória” (NORA, 1997: 1659). O projeto tivera antecedentes importantes: Nora já esboçara suas linhas gerais em seminário por ele ministrado entre 1978 e 1981, na École des Hautes Études em Sciences Sociales, informação que consta da “Apresentação” do primeiro volume dos *Lieux*:

A rápida desapareição de nossa memória nacional me pareceu demandar um inventário dos lugares onde ela havia eletivamente se encarnado e que, por vontade dos homens ou pelo trabalho dos séculos, restaram como os mais ruidosos símbolos: festas, monumentos e comemorações, mas também elogios, dicionários e museus” (NORA, 1984: VII).

O empreendimento editorial e intelectual de Pierre Nora partiu, portanto, de uma constatação (“a rápida desapareição” da memória nacional francesa), ganhando a forma de *diagnóstico histórico* mais amplo, ao mesmo tempo que *projeto historiográfico*. O diagnóstico elegeu privilegiadamente um dado recorte temporal (o tempo presente), uma determinada sociedade (a sociedade francesa) e um pressuposto fundamental (a existência de vínculos entre a permanência de uma memória nacional francesa e certos elementos – “lugares”). Esse diagnóstico, que no texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares” é mais pressuposto do que comentado, pontuou mudanças de grande magnitude, como a aceleração do ritmo de transformações dos processos históricos e a importância cada vez mais destacada dada à memória e aos seus suportes. Mas também assinalou transformações muito específicas: no que tange à França (e esse é um ponto fundamental, nos *Lieux*), mudanças operadas

principalmente a partir dos anos 1970. Vale citá-las: em uma *dimensão política*, a morte de De Gaulle, em 1970, e a recomposição das principais forças políticas, polarizadas havia décadas entre gaullistas e comunistas; em uma *dimensão econômica*, a crise de 1973-74, marcando o fim dos “Trinta Gloriosos”, isto é, o abalo da prosperidade obtida nas décadas subsequentes ao término da Segunda Guerra Mundial, que assinalaram a recuperação e o crescimento econômico da França; também uma *dimensão social*, manifestada naquilo que Nora entendia ser o fim de uma França eminentemente rural e do modo de vida propriamente camponês; uma dimensão, por fim, *geopolítica*, traduzida pela modificação do *status* de potência da França (a perda da Argélia, em 1962, já indicaria a sua passagem para a condição de potência mediana, com menor peso na ordem internacional).² Para Nora, esse conjunto de mudanças teria colocado em crise, de forma dolorosa, a própria identidade nacional francesa; por isso a necessidade de buscar os lugares onde ela pulsara ou ainda persistia, ao menos como memória (ou, como afirmou Nora no texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares”: os “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia” – NORA, 1993: p. 7).

Associado a esse diagnóstico, o projeto historiográfico contemplado nos *Lieux* pretendia afinar-se com seu tempo, distanciando-se de uma narrativa histórica construída como memória da nação: tencionava “desnaturalizar” os materiais fundamentais do ofício do historiador e desconstruir os elementos e mecanismos da operação historiográfica, repensando os elos da história com a memória e realizando uma história da história (ou, como Nora também denominaria, uma “história de segundo grau”). Os *Lieux* já efetivavam a ruptura, mesmo que os objetos fossem os mesmos de uma história-memória bastante conhecida:

Da mesma forma que devemos à distância panorâmica o grande plano e ao estranhamento definitivo uma hiperveracidade artificial do passado, a mudança do modo de percepção reconduz obstinadamente o historiador aos objetos tradicionais dos quais ele havia se desviado, os usuais de nossa memória nacional. Vejam-na novamente na soleira da casa natal, a velha morada nua, irreconhecível. Com os mesmos móveis de família, mas sob uma nova luz. Diante da mesma oficina, mas para uma outra obra. Na mesma

peça, mas para um outro papel. A historiografia inevitavelmente ingressada em sua era epistemológica, fecha definitivamente a era da identidade, a memória inelutavelmente tragada pela história, não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória. (NORA, 1993: 21)

No primeiro tomo da trilogia dos *Lieux* (a saber: *A República*), a noção de lugares de memória é destacada em sua riqueza e complexidade já na “Apresentação”; são ali designados como “lugares-corredores”, “atravessados de dimensões múltiplas” – a historiográfica, a etnográfica, a psicológica, a política, a literária (NORA, 1984: VII-VIII). A caracterização decisiva, contudo, está no texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, cujas duas primeiras partes estão dedicadas a delinear o diagnóstico histórico aqui já referido (e que dá conta de um tempo presente obcecado pela memória e pelo dever de memória), bem como a anunciar e justificar um projeto historiográfico renovador, de uma história da história referenciada em “lugares de memória” da nação francesa. Primeiramente, os lugares de memória são articulados sobretudo àquele diagnóstico:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993: 12-13).

Já na última parte do texto, reservada à caracterização mais sistemática da noção, os “lugares de memória” são apresentados como lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais (NORA, 1993: 21), nisso diferindo somente quanto ao grau: “os três aspectos coexistem sempre” (NORA, 1993: 22). Neles a separação entre história e memória não seria rígida: ainda segundo o autor, os lugares de memória seriam constituídos em “um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva à sua sobredeterminação recíproca” – jogo que supõe um componente político: “vontade de memória”, “intenção de memória” (NORA, 1993: 22). Portanto, um lugar de memória não seria meramente um lugar “digno de lembrança”. Não sendo possível detectar ou rastrear os investimentos humanos que, ao

longo do tempo, buscaram estabilizar significados para esses “lugares” (entendidos como lugares da memória da nação), ou concluindo-se que deles estaria ausente uma vontade ou intenção de memória, não seriam propriamente lugares de memória, mas “lugares de história.” (NORA, 1993: 22). Conclui-se que, na perspectiva de Nora, se “lugares de memória” e “lugares de história” poderiam ser objeto da investigação dos historiadores, seriam os primeiros que necessariamente exigiriam uma “história de segundo grau”, responsável não só por compreender os processos de produção social de memórias (configuradores desses lugares) como por examinar o seu papel na construção do conhecimento histórico e na consolidação das narrativas de caráter histórico.

O projeto traduzido em obra levou cerca de uma década para ser concluído, o que fez com que os *Lieux* sofressem em parte os efeitos de sua recepção, que foi tanto positiva quanto negativa. O significativo intervalo de seis anos entre o segundo tomo (*A Nação*) e o terceiro (*As Franças*), três vezes maior do que o existente entre as publicações dos dois primeiros tomos, sugere, por si só, reconfigurações. Dois textos de Nora presentes no último tomo são particularmente relevantes para detectar inflexões, revisões, balanços: o texto de abertura, “Como escrever a história da França?”, e o de encerramento, anteriormente comentado, “A era da comemoração”.

“Como escrever a história da França?” retomará a noção de lugares de memória, buscando ainda uma vez esclarecer a sua compreensão pelo autor, mas também assinalando a fortuna de sua recepção e de sua apropriação. Conforme Nora:

Uma expressão inusitada [lugares de memória], forjada pelas necessidades da causa, escapou de seu inventor para se tornar, com uma velocidade recorde, uma locução do vocabulário comum. Ao mesmo tempo, a noção, teorizada aqui [na obra] há oito anos no primeiro volume, gerou, na França como no estrangeiro, múltiplos canteiros, e ao lado de cópias mais ou menos fiéis e de utilizações abusivas, aplicações frequentemente fecundas. (NORA, 1997, v.2: 2219 – grifos meus)

Em que medida as aplicações da noção de “lugares de memória” teriam sido pouco fiéis e abusivas? Nora destaca a tendência a reduzir os lugares à materialidade e ao monumental

(NORA, 1997, v.2: 2220). Reafirma a proposta inicial, mas surgem nuances:

O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham 'qualquer coisa' em comum. [...] Cabe ao historiadores analisar essa 'qualquer coisa', de desmontar-lhe o mecanismo, de estabelecer-lhe os estratos, de distinguir-lhe as sedimentações e correntes, de isolar-lhe o núcleo duro, de denunciar-lhe as falsas semelhanças e as ilusões de ótica, de colocá-la na luz, de dizer-lhe o não dito. [...] Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer. (NORA, 1997, v.2: 2226 - grifos meus)

Nessa nova definição, a dimensão funcional do lugar de memória, presente desde o primeiro tomo dos *Lieux* (destacada, especificamente, no texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares”), não é indicada claramente, embora possa ser subentendida na ordem da “realidade tangível e apreensível” (pois a funcionalidade supõe um programa que deve ser atendido pelo elemento material, determinando suas características formais). Da percepção de três dimensões do lugar de memória passa-se, assim, ao discernimento de duas ordens de realidade – tangível e simbólica – que atravessariam o lugar, e cujos vínculos caberia ao historiador investigar.

Uma outra nuance também é perceptível, e se refere à vontade de memória, antes apontada como fundamental para a constituição dos lugares: ao lado da “vontade dos homens” é posto o “trabalho do tempo” como instrumento de constituição dos lugares de memória. Estaria aqui reposta a tradicional distinção entre vestígios voluntários e involuntários deixados pelas práticas sociais, em suas trajetórias históricas? Se o “trabalho do tempo” não pode ser vislumbrado, em termos históricos, sem a presença humana, então é a vontade, nos termos em que é posto o comentário de Nora, que deixa de ser decisiva. Nessa redefinição do lugar de memória, portanto, tal como indica a citação anteriormente destacada, perde força e peso o aspecto político dos lugares de memória, justamente o que lhes conferia

uma especificidade do ponto de vista da orientação metodológica a ser dada a sua investigação.

Finalmente, a citação aproxima, de forma estreita, lugares de memória e patrimônio (neste caso, o “patrimônio memorial de uma comunidade qualquer”, que, na sequência do texto, Nora reafirmará ser, considerado o horizonte da obra *Les lieux de mémoire*, uma comunidade nacional e francesa). Os diversos lugares de memória estudados na obra seriam, conseqüentemente, partes integrantes do “patrimônio memorial” francês, associado àquilo que Nora, no mesmo texto, assinalou como “a francidade”, que na contemporaneidade remeteria à França antes de tudo como “nação-memória” (NORA, 1997, v.2: 2227). Pensá-la envolveria, por consequência, abrir a visão a “toda uma outra história”:

não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais as ações memorizadas nem mesmo comemoradas, mas o traço dessas ações e o jogo dessas comemorações; não os acontecimentos por eles mesmos, mas sua construção no tempo, o apagamento e o ressurgimento de seus significados; não o passado tal como se passou, mas seus reempregos permanentes, seus usos e desusos, sua pregnância sobre os presentes sucessivos; não a tradição, mas a maneira como se constituiu e foi transmitida. Logo, nem ressurreição, nem reconstrução, nem mesmo representação; uma rememoração. Memória: não a lembrança, mas a economia geral e a administração do passado no presente. Uma história da França, portanto, mas de segundo grau.” (NORA, 1997, v.2: 2229-2230 – grifos meus)

O empreendimento dos *Lieux* equivaleria, assim, a um amplo retrilhar dos caminhos pelos quais, em diferentes momentos, o passado foi gerido, controlado e disseminado na França, em nome de uma nação francesa – assim, o caráter político dos “lugares de memória”, que em comentário, páginas atrás, não era tão enfatizado, reemerge. No último tomo, os lugares de memória seriam signos da “francidade”, que, em um tempo presente de profunda revisão da “consciência nacional” (NORA, 1997, v.2: 2233), poderia ser recomposta através de seu “patrimônio memorial”.

Mas o que seria, mais precisamente, esse “patrimônio memorial”? Que relação manteria com o campo patrimonial estudado na própria obra, a partir da legislação patrimonial, das instituições de preservação e das figuras que contribuíram na sua construção, como Lenoir, Guizot, Mérimée e Viollet-le-Duc?

Cabe destacar que o terceiro tomo dos *Lieux*, em função de seu perfil e seus temas, aproxima o patrimônio memorial mais da concepção de “memória coletiva” do que da de “patrimônio cultural” (na perspectiva monumental com que é abordado, na obra, como objeto de artigos). Compõem o tomo textos que problematizam aspectos vistos como chaves de interpretação da “francidade”: que tratam de conflitos entre grupos (católicos e laicos, gaullistas e comunistas, adeptos de posições à esquerda ou à direita), de instâncias de compartilhamento, sejam elas espaciais ou temporais (“região”, “geração”), de singularidades imiscuídas no cotidiano (a conversa, a galanteria, o vinho, os cafés), de locais referenciais (Lascaux, os castelos do vale do Loire, a torre Eiffel), de figuras referenciais (Joana D’Arc, Descartes). Em entrevista concedida ao *Le Monde*, em 1993, Pierre Nora esclareceu o que entendia ter sido o desafio desse tomo: “saber se a noção [de lugares de memória] significava ainda alguma coisa quando aplicada aos lugares comuns da memória coletiva e sobretudo se permitia fazer com que se dissesse sobre esses temas algo que não se soubesse deles.” (NORA, 2011a: 444 – grifos meus).

No tomo *A República*, a noção de lugares de memória serviu para trazer à tona reflexões sobre um conjunto de elementos que, produzidos em diferentes épocas, estiveram associados a projetos republicanos na França (as três cores, o calendário republicano, a Marselhesa, os monumentos aos mortos, os manuais de uma pedagogia cívica) – “restos” de uma memória republicana francesa. No tomo *A Nação*, os restos da memória nacional não são mais republicanos de forma exclusiva: aborda-se também a França construída em articulação com o poder e o Estado monárquico, ao longo dos séculos, assim como ao longo desses mesmos séculos fixada em paisagens, limites geográficos, instituições, monumentos, língua e literatura. Após a análise da memória republicana e da nacional (esta última principalmente percebida através de seus elos com o Estado), caberia ao terceiro tomo, como visto, a “francidade”, os “lugares comuns da memória coletiva” – no limite, o que seria mais amplamente percebido como próprio (típico?) dos franceses. Mas com isso não deveriam ser forçosamente retomadas questões já discutidas

nos demais tomos?

O questionamento foi respondido positivamente por mais de um crítico dos *Lieux*, de forma a salientar as fragilidades dessa estrutura triádica. Para Armelle Enders, em texto publicado em 1993, é especialmente difícil “desembaraçar o que diz respeito a *La Nation* do que diz respeito a *Les France*.” (ENDERS, 1993: 134).

Tony Judt, em resenha de 1998 referente à publicação em inglês dos *Lieux*, converge na crítica quanto ao desequilíbrio entre os tomos e ao problemas concernentes ao último. Mas destaca, em especial, que a obra perde seu “foco metodológico” por ampliar em demasia a noção de “lugares de memória”, perguntando-se: o que, afinal, não poderia ser assim qualificado? (JUDT, 2008: 203). Enders prefere salientar a imprecisão da noção de lugares de memória, que atravessaria toda a obra: para ela, o lugar de memória “possui geometria variável e designa ora objetos, ora um método, ora a memória, ora o trabalho do historiador.” (ENDERS, 1993: 136).

François Hartog debruçou-se igualmente sobre as insuficiências da noção de “lugares de memória”, ao destacar seu viés eminentemente retórico e a dificuldade de mobilizá-la, no conjunto da obra, para reflexões acerca das suas versões em negativo, os “‘não lugares’ ou os ‘maus’ lugares da história ou da memória nacional” (HARTOG, 1997: 25). Nessa crítica, aproximou-se de outros autores (como Henry Rousso), para os quais as tensões e a dialética entre memória e esquecimento não teriam sido propriamente examinadas na obra, e os temas incômodos (como o passado da França imperialista e colonizadora), postos de lado (DOSSE, 2011: 329-330; SILVA, 2011: 356-357). Para Hartog, “a memória dos *Lieux* é uma memória sem inconsciente”, sem lapsos, sem apagamentos, sem recalques.³

Ao analisar a trajetória dos *Lieux*, Hartog considerou que, elaborada em função de um diagnóstico do tempo presente, a obra foi seu sintoma, visível no apelo feito à memória, e com isso manifestando a crise do presentismo (regime de historicidade no qual, para o autor, estaríamos mergulhados - HARTOG, 1997:

24). Tanto o sucesso da obra junto ao público não acadêmico quanto a inversão da sua proposta contra-comemorativa testemunhariam essa afinidade com seu próprio tempo, impondo limites à realização do programa elaborado por Nora para os *Lieux*.

A apropriação pela era da comemoração foi elemento decisivo para que o filósofo Paul Ricoeur qualificasse como “insólitos” os lugares de memória concebidos por Pierre Nora (RICOEUR, 2007: 412-421). Ao percorrer os argumentos de quatro textos do historiador contidos nos *Lieux*, Ricoeur destaca vestígios mais ou menos visíveis daquilo que, somente no último texto, “A era da comemoração”, seria plenamente reconhecido por Nora: a impossibilidade de a obra por ele dirigida resistir à “bulimia comemorativa” e, em especial, àquilo que Ricoeur denomina “efeitos corrosivos” do patrimônio, “malefício da patrimonialização”, “nocividade” da noção de patrimônio (RICOEUR, 2007: 414, 416, 418). Para Ricoeur, o potencial nocivo da patrimonialização, embora presente desde a publicação do primeiro tomo, não foi adequadamente percebido e equacionado por Nora, vindo a imperar com “sua topografia espetacular e sua nostalgia arqueológica” (RICOEUR, 2007: 420).

Contudo, os elos entre lugares de memória e o campo do patrimônio cultural mostraram-se, nos *Lieux*, mais complexos. Cabe apresentá-los, bem como retomar a questão anteriormente mencionada, acerca do “patrimônio memorial”.

O patrimônio cultural em *Les lieux de mémoire*

Na tríade da obra, o patrimônio não foi de início pensado nem especificamente (ou exclusivamente) como um lugar de memória ligado à República (primeiro tomo) nem como articulado aos elementos que, por sua variedade, tornariam duvidosa a afirmação de uma única identidade francesa (conforme o comentário de Nora acerca do terceiro tomo, *As Franças*, feito ainda na “Apresentação” do tomo sobre a República – NORA, 1984: XI).

Como objeto de estudo, o patrimônio (sem qualificativo) foi inserido no tomo relativo à Nação, de forma a destacar elementos fundamentais para o que poderia ser caracterizado como a conformação de um campo patrimonial, no sentido disciplinar e profissional: a trajetória da noção de patrimônio, suas primeiras instituições, suas normativas e procedimentos, bem como alguns personagens decisivos para sua constituição, abordados em textos escritos por André Chastel, Édouard Pommier, Dominique Poulot, Françoise Bercé, Laurent Theis, André Fermigier e Bruno Foucart. De início, o patrimônio não era meramente “o depósito geral da história”, mas “uma ideia que emergiu na história”, um “projeto datado que tem sua própria história”, conforme pode-se ler no breve texto, de uma página, que antecede a seção “O patrimônio”, em *A Nação* (NORA, 1986).

Não obstante ser tratado no tomo relativo à Nação, o patrimônio é mencionado desde o primeiro tomo, referente à República. Ressalve-se que, na “Apresentação” daquele tomo, o patrimônio aparece claramente como uma parte do “imenso domínio” dos lugares de memória (NORA, 1984: VII-VIII). Desde esse primeiro texto, Nora reforçou os lugares de memória não como repositórios (como, na trajetória posterior da noção, sua apropriação banalizada tenderia a reforçar), mas como espécies de oficinas, elementos a partir dos quais a memória trabalha: “os lugares de memória não são aquilo a partir do que se lembra, mas lá onde a memória trabalha; não a tradição mesma, mas seu laboratório” (NORA, 1984: X).

Mas uma modificação importante quanto ao estatuto do patrimônio, nos *Lieux*, torna-se visível em texto de Nora que encerra o tomo *A Nação*, intitulado “A nação-memória”. Nele, a partir dos trabalhos contidos naquele tomo, Nora propõe uma tipologia da memória nacional francesa: a memória real (identificada ao período da monarquia feudal); a memória-Estado (identificada ao período da monarquia absoluta); a memória-nação (identificada ao momento de consolidação da Revolução); e a memória-cidadão (identificada à “síntese republicana” (NORA, 1997, v.2: 2209). Quatro tipos de memória nacional que, para Nora, só ganhavam sentido através de uma quinta memória, “que lhes faz

aparecer, a nossa: uma *memória-patrimônio*.” (NORA, 1997, v.2: 2210) Pierre Nora ressaltava que essa classificação e os cortes temporais nela implicados não deveriam ser confundidos com uma límpida e progressiva sucessão cronológica: haveria “uma permanência de memória cujos estratos anteriores integraram a continuidade de uma história, mesmo a mais revolucionada.” (NORA, 1997, v.2: 2213).

E o que seria a memória-patrimônio? Uma memória resultante dessa imbricação de camadas, mas certamente uma memória gerada a partir das demandas do presente. Conforme Nora, ainda em “A nação-memória”, datado de 1986:

Por memória-patrimônio não basta se contentar em entender o alargamento brutal da noção e sua dilatação recente e problemática a todos os objetos testemunhos do passado nacional, mas, muito mais profundamente, a transformação em bem comum e em herança coletiva das implicações da memória mesma. (NORA, 1986: 2210)

A memória-patrimônio não significaria somente, por consequência, na contemporaneidade, um sinal do crescimento, em importância, do campo do patrimônio cultural. Pode-se interpretar, a partir das indicações de Nora, que a perspectiva patrimonializadora teria se tornado a *forma privilegiada de expressão da memória nacional*, o que permitiria compreender as razões de o próprio campo patrimonial, no tempo presente, sofrer pressões para sua reestruturação, quanto a procedimentos técnicos, normativas, perfil de profissionais, abrangência dos elementos passíveis de preservação e critérios de seleção.

Mas, se a memória-patrimônio da nação francesa, característica do tempo presente, opera “a transformação em bem comum e em herança coletiva das implicações da memória mesma”, é inegável sua aproximação com o que Nora designou o “patrimônio memorial” da França, expressão que também está presente no mesmo texto sobre “A nação-memória”:

Na comoção que conhece atualmente a identidade nacional e na instabilidade de suas referências, a valorização de seu patrimônio memorial é a primeira condição do reajustamento de sua imagem e de sua redefinição no conjunto europeu. (NORA, 1986: 2215)

Em “A nação-memória”, as distinções entre memória, lugares de memória e patrimônio já não são tão nítidas, tendendo mesmo a se confundir.

A centralidade do patrimônio para a discussão de Nora torna-se clara no último texto dos *Lieux*, “A era da comemoração”, de 1992: período em que comemorações questionáveis do ponto de vista de seu significado histórico (tendo em vista as narrativas históricas já consolidadas a seu respeito) ganhavam projeção midiática e ingressavam na engrenagem da construção espetaculosa e espetacular da identidade nacional francesa. (NORA, 2008: 177) O ato de comemorar se tornou mais importante do que aquilo que se comemorava (NORA, 2008: 179).

Tal transformação foi vista por Nora como efeito de uma outra transformação, mais abrangente: a passagem, na França, de uma “consciência nacional unitária” a uma consciência nacional “de tipo patrimonial” (NORA, 2008: 179) – ou, para lembrar das discussões do texto anterior, publicado em 1986, a constituição de uma “memória-patrimônio” da nação. Dessa passagem o Ano do Patrimônio, em 1980, seria emblemático: iniciativa do Ministério da Cultura aparentemente fadada a tomar o rumo burocrático de outros anos “temáticos”, teria surpreendido as instâncias governamentais francesas por fazer emergir, com grande força, extensão e variedade, o interesse pelo patrimônio até mesmo nos mais distantes rincões franceses. Tratava-se de um patrimônio renovado, que

desceu do céu das catedrais e dos castelos para refugiar-se nos costumes olvidados e em antigas maneiras de fazer, no bom vinho, nas canções e nos dialetos locais; saiu dos museus nacionais para invadir os espaços verdes ou afirmar-se nas edras das velhas ruas. (NORA, 2008: 183)

Para Nora, o ano do Patrimônio teria sido “um pouco como o Maio de 68 dos provincianos e dos camponeses.” (NORA, 2008: 183). Pela ação, pela associação, pela manifestação, uma França profunda buscou se expressar através do que se convencionou denominar “patrimônio”, e pôs em movimento processos de constituição de memórias. Seu principal instrumento: a

comemoração. A passagem para uma consciência “de tipo patrimonial” se fazia, assim, como “passagem do histórico ao rememorativo, e do rememorativo ao comemorativo.” (NORA, 2008: 184) Mas o que haveria de propriamente nacional e unitário em um conjunto de comemorações tão diverso e numeroso?

Ainda naquele último texto, que encerrava a coleção, Pierre Nora destacava:

Havia antes *uma* história nacional e memórias particulares; hoje há *uma* memória nacional, cuja unidade é feita de uma reivindicação patrimonial dividida, em permanente multiplicação e busca de coesão. (NORA, 2008: 193)

Como compreender essas considerações?

Com base nos *Lieux*, poder-se-ia salientar que a “história nacional” era uma história-memória da nação, e que a memória nacional, forjada pelos diversos grupos em interação mais ou menos conflituosa (em função de demandas identitárias), atualmente ganha unidade apenas sob o fundo comum de um “patrimônio memorial”, forjado a partir dos lugares de memória. Memória antes de tudo compreendida, em tempos de dever de memória, como gestão do passado no presente; ou (tal como também afirmou Nora, em texto de contestação à interpretação dos *Lieux* por Paul Ricoeur), a memória como aquilo que restitui o presente ao próprio presente (NORA, 2011b: 412).

*

Nada fácil é a tarefa do leitor dos *Lieux* que persegue as reflexões de Pierre Nora sobre os lugares de memória, entre suas várias contribuições diretas, nos três tomos da coleção, ou entre seus diversos textos de circunstância produzidos concomitantemente à obra ou depois de sua conclusão. Nenhuma noção fundamental, nenhuma categoria-chave manteve estabilidade de sentido: lugar, memória, lugar de memória, patrimônio. Todas ganharam novos contornos entre 1984 e 1992, em graus variados, e as polêmicas em torno da obra, bem como o esforço feito por Pierre Nora para apresentar as interpretações que a este respeito lhe parecessem

mais pertinentes e adequadas, continuaram a estender pelo tempo novas nuances de significados. Tornando o quadro mais complexo, as noções e categorias passaram a circular em pares às vezes dificilmente discerníveis quanto à sua especificidade: nação-memória, momento-memória, memória-patrimônio, patrimônio memorial. Apenas a economia dos textos não é suficiente para compreendê-las: é preciso articulá-las igualmente às questões históricas e historiográficas que as informaram.

Do projeto editorial, cumprido em suas diretrizes gerais mas não isento de adaptações e mudanças de percurso, coube aqui destacar o deslizamento progressivo, entre as questões e preocupações de Pierre Nora, da noção de “lugares de memória” para a categoria de “patrimônio” (embora a “memória” tenha sempre permanecido decisiva).

O que fica da trajetória da noção de lugares de memória, tendo em vista, em especial, o patrimônio cultural?

Como noção que “escapou” do controle de seu autor e extrapolou a esfera acadêmica,⁴ ganhou contornos cada vez mais imprecisos, contribuindo pouco hoje, no meu entender, para dar conta do projeto que anunciava, dados os descaminhos que vivenciou e acolheu. Sua banalização reforçou uma leitura redutora (“topográfica”) dos lugares. Seus usos, quando ocorridos, além das fronteiras da historiografia, muitas vezes provocaram efeitos contrários aos esperados, com a comemoração elogiosa e festiva prevalecendo sobre a problematização e a crítica. Mas houve ganhos: uma “história da história” foi estimulada e, no campo historiográfico, surgiram estudos mais sistemáticos e aprofundados sobre instituições de preservação, bens patrimoniais e processos de patrimonialização. O diagnóstico feito por Nora acerca do tempo presente, destacando sua relação com a memória e com o patrimônio cultural, foi, no campo da história, pioneiro e inovador, abrindo novas perspectivas de análise. Revelou-se, por fim, um conjunto de desafios e riscos vividos por aqueles que se lançam a investigar a história do tempo presente, sem reduzi-la à temporalidade do imediato, e sem descurar das especificidades e complexidades que lhe são inerentes – quanto a isso, *Les lieux de mémoire* permanece pleno de lições.

Notas

1. Em entrevista concedida em 1993 ao *Le Monde*, Nora afirmou que a difusão da expressão para o grande público aconteceu no outono de 1988, relacionada ao campo do patrimônio cultural: foi o momento de reconhecimento do restaurante Fouquet's, em Paris, como monumento histórico francês, sendo a expressão “lugar de memória” utilizada na tentativa de flexibilizar os critérios de tombamento presentes em lei francesa de 1913. Isso teria emprestado à expressão um caráter mais material, sendo que, para Nora, mais fundamental era a dimensão simbólica, imaterial, memorial do lugar de memória, recobrando “todo sistema de signos, contanto que seja uma unidade orgânica e que seja portador de uma memória.” (NORA, 2011a: 445). Cabe notar que, na entrevista concedida por Nora à historiadora brasileira Ana Cláudia Fonseca Brefe, a data mencionada é 1986, fornecendo-se mais detalhes: segundo Nora, o proprietário do restaurante Fouquet's “resolvera se utilizar de todos os meios para difundir em alto e bom tom que um tal ‘lugar de memória’ não poderia ser esquecido. O Ministério da Cultura, onde Jack Lang estava de volta depois de uma primeira estada, procurou se servir da noção para permitir a proteção de uma larga gama de bens que entravam facilmente nessa categoria e que, até então, com a lei de 1913, a qual evocava somente o interesse histórico ou artístico do monumento, não poderiam ser tombados.” (BREFE, 1999: 29-30).

2. Esse diagnóstico é mais claramente apresentado em textos como “A era da comemoração” (de 1992, contido no último volume dos *Lieux* – NORA, 2008: 167-199); a entrevista de 1993 ao *Le Monde*, contida no texto *Les lieux de mémoire: une histoire savante et populaire* (NORA, 2011a: 443-448); o artigo “L’histoire au second degré – réponse à Paul Ricoeur”, de 2002 – NORA, 2011b: 405-418); a “Introdução” ao livro *Présent, nation, mémoire*, de 2011 (NORA, 2011b: 7-29). Ver também BREFE (1999: 19-23).

3. Em defesa de Nora, cabe destacar que o projeto dos *Lieux* anuncia claramente, desde o início, sua intenção de tratar dos lugares onde a memória nacional foi “eletivamente encarnada”, mesmo que tenham sido “pouco frequentados pela pesquisa” e postos fora de circulação; ao mesmo tempo, reconheceu “um risco de regressão intelectual e de retorno ao galocentrismo que toda a historiografia contemporânea fez um bem sucedido esforço de ultrapassar.” (NORA, 1984: VII, IX e XIII). No texto que fecha o primeiro tomo, “De la République à la Nation”, Nora destaca que a afirmação da memória da República se faz a partir da exclusão daquilo que a contesta (“Esta memória tira sua coerência daquilo que ela exclui” – NORA, 1984: 652), fornecendo alguns exemplos disso nas páginas subsequentes, em especial na p.655. Em acréscimo, vale mencionar, entre os textos já presentes no primeiro tomo, aqueles relativos à Vendéia ou ao Muro dos Federados, e abarcados no item “Contra-memória”. E, no tomo três (*As França*s), no item sobre conflitos e partilhas, textos relativos a divisões entre grupos (como católicos e laicos, vermelhos e brancos, franceses e estrangeiros, gaullistas e comunistas) e no espaço-tempo (centro/periferia, Paria/províncias, gerações). Nora não se absteve de enfrentar e questionar as críticas: ver, por exemplo, o texto “La nation sans nationalisme”, de 1995, no qual tenta refutar as acusações daqueles que entenderam os *Lieux* quer como “sepultamento da França” (sua museificação e sua liquidação) quer como sua exaltação nacionalista,

nostálgica e passadista (NORA, 1995: 449). Ver também sua resposta a Paul Ricoeur, em texto originalmente publicado em 2002, "L'histoire au second degré" (NORA, 2011b: 405-418).

4. Ver artigo de Pierre Nora, "Les lieux de mémoire, ou Comment ils m'on échappé", originalmente publicado no periódico L'Histoire, em 2008 (NORA, 2011b: 400-404).

Referências

BREFFÉ, Ana Cláudia Fonseca. Pierre Nora, ou o historiador da memória [entrevista]. **História Social**, Campinas, n.6, 1999, p.13-33.

DOSSE, François. **Homo historicus**. Paris: Perrin, 2011.

ENDERS, Armelle. Le lieux de mémoire, dez anos depois. Estudos históricos, Rio de Janeiro, n.11, p.132-137, 1993.

HARTOG, François. O tempo desorientado – Tempo e História: "Como escrever a História da França?". **Anos 90**, Porto Alegre, p.7-28, jul. 1997.

JUDT, Tony. À la recherche du temps perdu: France and Its Pasts. In: ---. **Reappraisals: reflections on the forgotten twentieth century**. London: Penguin Books, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

NORA, Pierre. **Historien public**. Paris: Gallimard, 2011a.

_____. (dir.). **Les lieux de mémoire – I: La République**. Paris: Gallimard, 1984.

_____. (dir.). **Les lieux de mémoire – II: La Nation**. Paris: Gallimard, 1986.

_____. (dir.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard, 1997. v.1-3.

_____. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Montevideo: Trilce, 2008.

_____. **Présent, nation, mémoire**. Paris: Gallimard, 2011b. (Bibliothèque des Histoires)

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Resenha de Homo historicus, de François Dosse. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 354-357, 2011.

